



“ As cidades se destacam tanto pela densidade tangível — de pessoas, infraestrutura e comércio — quanto pela densidade intangível de ideias, narrativas e crenças. A forma como as pessoas circulam pelas cidades influencia não apenas o comércio e a produção, mas também o senso de pertencimento, a segurança e a coesão. Como locais de interação constante e lar da maior parte da população mundial, as cidades gerenciam continuamente a complexidade das interações que ocorrem em seus territórios. ”

INTRODUÇÃO

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA EM MEIO À INCERTEZA GLOBAL

COMO AS CIDADES ESTÃO LIDANDO COM TENDÊNCIAS GLOBAIS ENQUANTO INVESTEM NA SEGURANÇA LOCA

Por Rachel Locke, Jai-Ayla Sutherland e Flávia Carbonari

As novas tecnologias, a ascensão do autoritarismo, as mudanças climáticas e o enfraquecimento do sistema multilateral ameaçam a segurança em todos os níveis. As cidades estarão entre as primeiras a sofrer os impactos dessas transformações globais. Este compêndio pretende servir como uma ferramenta de apoio aos líderes municipais na resposta a essas tendências, por meio da implementação de abordagens de prevenção da violência baseadas em evidências. Ele aborda uma ampla gama de fatores relacionados à segurança, como a violência política, o crime organizado, o acesso à justiça, bem como políticas equitativas de habitação e de ordenamento fundiário.

As cidades são espaços de conexão, inovação e imaginação. Elas se destacam tanto pela densidade tangível — de pessoas, infraestrutura e comércio — quanto pela densidade intangível de ideias, narrativas e crenças. A forma como as pessoas circulam pelas cidades influencia não apenas o comércio e a produção, mas também o senso de pertencimento, a segurança e a coesão. Como locais de interação constante e lar da maior parte da população mundial, as cidades gerenciam continuamente a complexidade das interações que ocorrem em seus territórios.

Embora possuam ecossistemas próprios e únicos, as cidades também estão conectadas e sujeitas à influência de contextos mais amplos, como áreas do entorno, governos subnacionais, dinâmicas nacionais e tendências globais. As redes urbanas desempenham um papel fundamental ao ajudar as cidades a compreender as implicações locais desses contextos mais amplos e, reciprocamente, a influenciá-los. Para uma rede dedicada especificamente a apoiar cidades na prevenção da violência e na construção da paz, essa interação exige mais do que apenas conscientização: requer análise ativa, planejamento e desenvolvimento de capacidades.

A Peace in Our Cities é uma rede orientada por seus membros, focada em apoiar cidades na redução significativa e na prevenção de formas graves de violência. As mudanças geopolíticas globais atuais estão impactando profundamente as dinâmicas do crime e da violência, bem como a forma como governos de todas as esferas respondem a esses fenômenos. A segurança pública é, ao mesmo tempo, uma questão altamente localizada e fortemente influenciada por tendências globais. Basta observar, por exemplo, como o fluxo de armas entre países afeta as dinâmicas locais de violência. No entanto, embora as tendências globais tenham um impacto significativo no nível municipal — onde vive a maioria das pessoas —, a capacidade das cidades de influenciar essas tendências (especialmente no que diz respeito às dinâmicas da violência) tem sido historicamente menor do que a de instâncias governamentais equivalentes dos Estados nacionais. Isso significa que o fluxo de influência é mais intenso em uma direção do que na outra.

Essa situação, no entanto, não deve levar à apatia. Pelo contrário, ela revela uma oportunidade para uma nova abordagem. Essa abordagem amplia e eleva a voz das cidades na tomada de decisões globais e fortalece o multilateralismo local no âmbito da Agenda pós-2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, além de capacitar e incentivar os atores urbanos a integrar, de forma mais deliberada, dinâmicas externas ao planejamento e à formulação de políticas internas.

Este compêndio concentra-se em identificar e compartilhar tais estratégias no contexto de uma discussão mais ampla sobre quatro tendências globais, visando auxiliar os parceiros locais a refletir sobre sua própria arquitetura de prevenção da violência de uma maneira condizente com o momento atual.

Promovendo a Paz e a Segurança no Contexto Atual: Situando o Compêndio

O tamanho, o poder e o potencial das cidades vêm crescendo de forma consistente ao longo dos últimos dois séculos. Contudo, foi somente em 2007 que a população mundial residente em cidades superou, pela primeira vez na história, a população mundial residente em áreas rurais.¹ Esse é um lembrete importante de que, durante quase toda a história humana, a maioria das pessoas viveu concentrada em pequenas comunidades.

Hoje existem mais de 34 megacidades, ou cidades com mais de 10 milhões de habitantes, cuja população supera a de muitos Estados nacionais. Mas não precisa ser uma “mega” cidade para exercer influência. Genebra é amplamente reconhecida como um município de influência global, embora tenha menos de 300 mil habitantes. Independentemente do tamanho, o que a maioria das cidades tem em comum é sua densidade — de elementos tangíveis e intangíveis — e certo grau de autogoverno. Hoje, mais de 4 bilhões de pessoas em todo o mundo levam uma vida urbana, tornando o ecossistema específico das cidades crucial para determinar se a maioria da humanidade vive em paz ou está exposta à violência.

Sabemos que as cidades não estão imunes ao contexto mais amplo, e o mundo enfrenta uma série de tendências que estão transformando radicalmente sistemas e pressupostos estabelecidos sobre governança, existência e convivência humanas. Este compêndio destaca quatro tendências específicas que Peace in Our Cities identificou como tendo impacto e influência particulares sobre os esforços locais de manutenção da segurança cidadã e da segurança pública em cidades de todo o mundo. Essas tendências foram selecionadas a partir de duas fontes que se sobrepõem. Primeiro, análises realizadas por instituições como o World Economic Forum e outras.² Segundo, tendências que

demonstram influência significativa sobre as dinâmicas locais da violência, conforme destacado por membros de Peace in Our Cities.

As quatro tendências identificadas por meio desse processo são:

1. O avanço de sistemas autoritários de governo.
2. A rápida revolução tecnológica, em grande parte não regulamentada, incluindo o avanço da inteligência artificial e do aprendizado de máquina.
3. Os impactos crescentes e cada vez mais descontrolados das mudanças climáticas.
4. O enfraquecimento e o desmonte do sistema multilateral.

Começamos estabelecendo uma base de referência sobre o que exatamente se entende por essas tendências e seus impactos gerais sobre a segurança e a violência no mundo atual.

A Ascensão do Autoritarismo

A democracia está em declínio em todo o mundo. Globalmente, retornamos a níveis anteriores a 1978, segundo o relatório Democracy Report 2026 do V-Dem Institute. O mundo de hoje é composto de 92 autocracias e 87 democracias, e a maioria das pessoas — 74 percentual — vive atualmente em autocracias. Apenas 7 percentual vivem em democracias liberais.³ Na América Latina, menos da metade — 48 percentual — dos entrevistados declarou preferência pela democracia em detrimento de qualquer outra forma de governo, o que representa o menor nível de apoio já registrado.⁴ O declínio dos sistemas democráticos não diz respeito apenas às eleições ou aos processos eleitorais. Também envolve o desmonte das instituições essenciais às democracias consolidadas, incluindo imprensa livre, devido processo legal, respeito ao Estado de Direito, respeito aos direitos humanos, uma sociedade civil atuante, avanços na participação política e outros elementos. Essas tendências têm implicações importantes para a segurança.

Em todo o mundo, líderes com tendências autocráticas estão utilizando narrativas sobre crime e violência, ou sobre o medo, para reforçar sua própria base de poder. Como escreve Robert Muggah: “Os políticos exploram isso convertendo uma ansiedade difusa em uma troca eleitoral direta, que consiste em ampliar o poder coercitivo em troca da promessa, frequentemente falsa, de controle.”⁵ O estado de exceção em El Salvador, abordado por Enrique Betancourt no capítulo 1, não diz respeito apenas à redução do crime; trata-se também de reforçar o poder central do presidente Nayib Bukele e de sua administração. As duas questões estão intrinsecamente ligadas. Sistemas democráticos consolidados — que respeitam a liberdade de imprensa, asseguram o devido processo legal e a igualdade perante a lei, garantem processos eleitorais justos e mantêm um equilíbrio de poderes — são extremamente importantes; eles funcionam como um baluarte contra líderes ávidos por poder dispostos a utilizar e manipular o medo e a força para alcançar seus próprios objetivos. Além disso, em contextos nos quais organizações criminosas, lideranças políticas e/ou órgãos do setor público colaboram amplamente, o uso do controle punitivo — seja exercido pelo Estado ou por elementos de grupos criminosos — substitui a reforma institucional.⁶ Como destaca Santiago Tobón no capítulo 2, essas abordagens repressivas frequentemente fragmentam mercados criminosos, aumentam a violência e não conseguem deslocar a governança criminal. Elas também podem reverter o progresso obtido após anos de investimento na construção de confiança entre as forças de segurança e as comunidades. E, como Patrick Mutahi discute no capítulo 6, nesses contextos autoritários, “a polícia tornou-se um ator central na gestão da agitação social, da migração e da dissidência política, reformulando o policiamento cotidiano, a segurança pública nos espaços urbanos e as relações entre polícia e comunidade”.

Ao longo da história, as maiores atrocidades, massacres ou genocídios foram todos enquadrados por uma narrativa de proteção de determinados grupos contra um “outro” ameaçador. Embora os detalhes variem de um lugar para outro,

essas mesmas narrativas baseadas no medo estão criando raízes hoje em dia. As cidades — como lugares nos quais a diversidade concentrada é gerida diariamente e onde o governo tem poder para promover mudanças — possuem enorme capacidade de denunciar e minar esses esforços de demonização, tanto em seus próprios contextos quanto coletivamente em âmbito internacional. Mas as cidades não são inerentemente benevolentes; também são lugares onde um grande número de pessoas pode ser detido, morto ou subjugado. E, como os autocratas conhecem o poder das cidades, líderes subnacionais dissidentes também são frequentemente ameaçados com a retirada de recursos e de competências descentralizadas, como discute Betancourt no capítulo 1.

Os capítulos deste volume que abordam a tendência de ascensão do autoritarismo partem do reconhecimento das diversas formas pelas quais o retrocesso democrático está afetando a segurança pública. Ao mesmo tempo, destacam as maneiras inovadoras, corajosas e orientadas à comunidade pelas quais as pessoas que vivem e trabalham nas cidades estão reagindo.

A Ascensão da Tecnologia Não Regulamentada

Embora a tecnologia venha avançando em ritmo constante pelo menos desde a Revolução Industrial, o surgimento do aprendizado de máquina e da inteligência artificial (IA) adaptativa apresenta oportunidades e desafios novos e sem precedentes para a humanidade. As novas inovações oferecem enormes benefícios potenciais em setores da sociedade como saúde e educação, mas também apresentam riscos significativos, que vão da desorganização do mercado de trabalho e da dificuldade de distinguir fatos de ficção até robôs e sistemas de armas autônomos e pressões excepcionais sobre o suprimento global de energia. Embora a tecnologia — em particular as redes sociais e ferramentas úteis de IA — tenha sido rapidamente incorporada à vida cotidiana de muitas pessoas, também são grandes as preocupações com a tecnologia, seja pelo seu avanço em um ritmo rápido demais, seja pelo receio de ficar para trás.

Segundo o *Global Risks Report* do World Economic Forum, os resultados adversos associados aos avanços da IA constituem o risco que mais subiu no ranking ao longo do tempo.⁷ O uso da tecnologia para disseminar informações incorretas e desinformação é um risco associado, que conecta essa tendência global às outras três de diversas maneiras. Em particular, a IA tende a ser excessivamente disposta a agradar, dizendo aos usuários aquilo que eles querem ouvir. Em um mundo no qual a mídia livre e imparcial está em declínio, essas ferramentas estão resultando em maior aceitação de narrativas falsas e teorias da conspiração que reforçam o viés de confirmação. O poder dessas ferramentas pode — quando utilizado por regimes autocráticos — alimentar a divisão e a repressão, reforçando preconceitos e medos entre diferentes grupos sociais. Como Rachel Locke discute no capítulo 3, o morador comum de uma cidade pode encontrar com facilidade e regularidade razões para odiar aqueles definidos de alguma maneira como “os outros”, associando essas ambições de poder mais amplas, tipicamente de políticos nacionais, mas também de atores externos,⁸ a ações violentas praticadas localmente dentro dos limites do município. Esse é apenas um exemplo da ameaça representada pela combinação entre rápido avanço tecnológico e autoritarismo.

Quem trabalha com segurança pública e prevenção da violência sabe que a tecnologia pode ser extremamente benéfica para ajudar a solucionar crimes por meio de ferramentas como reconhecimento facial e rastreamento de munições, mas também pode ser utilizada para vigilância e controle. Como discutem Luisa Portugal e Juan Camilo Cock Misas nos capítulos 4 e 5, isso pode impor ônus a determinados segmentos da sociedade que, de alguma forma, sejam considerados uma “ameaça”, e essas ferramentas, quando não são administradas de maneira eficaz e justa, também podem ser utilizadas para reprimir grupos que o governo considera um risco. A tecnologia tem potencial para tornar os processos judiciais mais eficientes, reduzindo assim a prisão preventiva. Essa e outras vantagens precisam ser equilibradas com o risco de identificações incorretas ou de um aprofundamento ainda maior das divisões entre as comunidades e os órgãos de segurança encarregados de servi-las.

Essas tecnologias avançadas também exigem enormes quantidades de energia e recursos para funcionar. Em particular, os centros de dados que sustentam a IA necessitam de imensos volumes de água para resfriar os servidores. Em um mundo que enfrenta secas cada vez mais frequentes e no qual as “guerras pela água” influenciam conflitos passados e futuros, essa realidade não pode ser ignorada. A menos que ocorram mudanças significativas nas políticas e compromissos políticos para reduzir essas demandas, a IA, em particular, agravará os efeitos das mudanças climáticas no curto prazo, provavelmente com implicações geracionais, reforçando o nó górdio que une essas diversas tendências.

Os Impactos Crescentes das Mudanças Climáticas

Como escreve Jessica Varat no capítulo 8 deste compêndio: “As mudanças climáticas agravam muitas das mesmas condições que também enfraquecem a paz e incentivam a violência. A gravidade dos impactos das mudanças climáticas sobre as pessoas depende de condições preexistentes, como os níveis de desigualdade, pobreza, escassez de recursos e solidez institucional.” As mudanças climáticas afetam todas as pessoas, em todos os lugares, por meio de padrões climáticos mais extremos e dos efeitos em cadeia decorrentes de eventos climáticos extremos.

Os impactos que sentimos globalmente incluem danos significativos aos sistemas alimentares, seja pela degradação de terras agrícolas, pelos incêndios florestais que devastam áreas de pastagem e rebanhos, pelo aquecimento dos oceanos que provoca a morte da vida marinha ou por outros fatores. Naturalmente, esses impactos costumam ser sentidos com maior intensidade por aqueles que dispõem de menos recursos para enfrentá-los, adaptar-se ou se transformar; contudo, esse cenário está mudando à medida que bairros queimam, o nível do mar sobe e padrões climáticos caóticos irrompem em toda parte.

Em todas essas circunstâncias, aumenta a competição por recursos, criando mais insatisfações e oportunidades de conflito. A redução de recursos também pode criar ou ampliar oportunidades para grupos ilícitos dominarem mercados e controlarem o acesso, como já foi observado em muitos países e é discutido por Varat, além de se apropriarem de terras e propriedades urbanas, como Antônio Sampaio aborda no capítulo 7. As mudanças significativas nos mercados, na produção e nas cadeias de valor afetadas pelas mudanças climáticas — quando associadas ao enfraquecimento do sistema multilateral — agravam esse desafio, à medida que a vontade política e os recursos para administrar e regular choques sistêmicos passam de um sistema de cooperação diplomática para um de competição nacionalista.

Além disso, as mudanças climáticas afetam os padrões de deslocamento e migração. As pessoas são forçadas a deixar suas casas em busca de áreas mais férteis ou mais seguras, muitas vezes procurando maior segurança ou oportunidades produtivas em áreas urbanas ou periurbanas. A grande maioria dos deslocamentos e migrações ocorre dentro das fronteiras nacionais, e a migração frequentemente é muito produtiva, ajudando a fornecer trabalhadores para setores intensivos em mão de obra e fortalecendo as conexões entre áreas urbanas e periurbanas ou rurais. Portanto, o deslocamento ou a migração, por si sós, não geram violência, mas o movimento de grandes contingentes de pessoas exige uma gestão cuidadosa. Isso inclui antecipar e responder aos impactos sobre infraestrutura, transporte, recursos linguísticos e sensibilidades culturais. Sem essa gestão, um rápido aumento populacional pode gerar tensões nas comunidades receptoras, especialmente quando os migrantes, enquanto grupo, são instrumentalizados por líderes que procuram incitar o medo e consolidar o próprio poder.

Além desses impactos indiretos sobre a segurança, as mudanças climáticas também podem elevar diretamente os níveis de violência. Pesquisadores documentaram como os fatores de estresse provocados pelo clima influenciam os resultados de segurança. Esses estudos incluem trabalhos que demonstram como o aumento do estresse familiar causado por um desastre natural pode elevar a violência doméstica. Também relacionam o aumento de “dias de calor” a níveis mais altos de crime e violência urbanos, aspectos que Varat aborda no capítulo 8.

Cidades de todo o mundo estão trabalhando intensamente para reduzir os fatores que contribuem para as mudanças climáticas, como demonstram o trabalho da C40 e a liderança exercida nas negociações climáticas globais. Em muitos casos, as cidades também estão na linha de frente da busca por técnicas de adaptação que reduzam os impactos das mudanças climáticas sobre seus moradores. Porém, como aponta este compêndio, são necessários investimentos mais intencionais e deliberados para mitigar os impactos das mudanças climáticas especificamente sob a ótica da segurança. Embora as cidades não possam controlar o clima, as pessoas que vivem nelas podem fazer muito para reduzir os danos e o sofrimento resultantes de padrões climáticos extremos.

O Desmonte do Sistema Multilateral

Com o crescimento das relações adversariais no cenário global, o enfraquecimento dos sistemas destinados a evitar confrontos catastróficos é extremamente preocupante, ponto reforçado pelo *Global Risks Report* do World Economic Forum: “A queda da confiança, a redução da transparência e do respeito ao Estado de Direito, juntamente com o aumento do protecionismo, estão ameaçando relações internacionais, comércio e investimentos de longa data e aumentando a propensão ao conflito. O confronto geoeconômico é uma das principais preocupações dos entrevistados e foi apontado por 18 percentual deles como o principal risco com maior probabilidade de desencadear uma crise global significativa em 2026, subindo duas posições em relação ao ano anterior.”⁹

O espaço multilateral cada vez mais frágil apresenta uma série de desafios — mas também oportunidades — para atores urbanos que se empenham em promover a paz e a segurança. Primeiro, menos recursos financeiros e políticos estão sendo destinados ao apoio à prevenção da violência e à construção da paz. Um relatório de 2023 da OECD mostrou que, apesar das tendências crescentes de conflito e violência em todo o mundo, a parcela da assistência internacional ao desenvolvimento destinada à prevenção e à construção da paz vinha diminuindo progressivamente nos últimos anos para uma pequena fração — cerca de 10 percentual — de toda a assistência ao desenvolvimento; e isso ocorreu antes de grandes reveses, como o encerramento da US Agency for International Development em 2025.¹⁰ A retirada de recursos não limita apenas os investimentos financeiros efetivos em iniciativas como serviços integrados de apoio para jovens em situação de alto risco ou pesquisas sobre recrutamento por grupos criminosos organizados; ela também cria uma competição contraproducente entre atores que atuam na prevenção. Isso impõe encargos significativos aos fluxos de financiamento descentralizados que, em todo o mundo, já enfrentavam anos de austeridade e foram recentemente ainda mais desgastados à medida que as guerras na Ucrânia e no Irã geraram fortes pressões e mudanças orçamentárias devido ao aumento de custos e à alteração de prioridades em diversos setores.

Além dessas restrições de recursos, o contexto multilateral fragmentado, combinado ao crescimento do autoritarismo, limitou a eficácia das respostas globais a graves violações de direitos humanos. Considere, por exemplo, a resposta enfraquecida às atrocidades em massa ocorridas em El Fasher, no Sudão, incluindo o assassinato sistemático de mais de 6.000 pessoas em apenas três dias, em outubro de 2025.¹¹ Além disso, em todos os palcos de guerra mais recentes — da Ucrânia ao Sudão, passando por Gaza e pelo Irã, para citar apenas alguns — as cidades são os locais onde ocorreu a maioria das mortes. Assim, os civis tornam-se cada vez mais alvos — e não apenas vítimas não intencionais — da guerra, em violação das leis e normas internacionais que nossas instituições multilaterais foram criadas para proteger. Na Colômbia, que tem trabalhado arduamente para consolidar as conquistas do processo de paz de 2016 e onde o presidente Gustavo Petro se comprometeu com a “paz total”, quase um terço do país, ou 386 municípios, está vulnerável à violência de grupos armados.¹²

Para as cidades, a proteção de civis é mais robusta quando o investimento local em uma arquitetura de paz complementa e é complementado pelas arquiteturas nacionais e globais. O enfraquecimento do sistema global desferiu um duro golpe para essa rede de proteção, mas os líderes municipais ainda têm opções para atuar localmente e em colaboração com

outros municípios, a fim de preservar esses padrões globais e implementar políticas e prioridades que manterão seus cidadãos em segurança. A pesquisa demonstra claramente que paz, estabilidade e segurança são possíveis no nível local. Em um momento em que as instituições globais, em grande medida, estão falhando em cumprir seus mandatos, há motivos para ter esperança na capacidade das cidades de avançar em suas prioridades de redução da violência e promoção da paz.

Estrutura e Sequência dos Capítulos

As tendências identificadas aqui são relevantes por si mesmas, mas também influenciam as estratégias urbanas de prevenção da violência de diversas maneiras, tanto óbvias como menos óbvias. Os capítulos deste compêndio fornecem uma visão de como as cidades estão promovendo aspectos específicos da segurança pública no contexto dessas tendências, analisando impactos e opções de resposta. Peace in Our Cities pediu a cada autor de capítulo que considerasse as quatro tendências identificadas e abordasse aquelas mais relevantes para o tema específico de seu capítulo. Para alguns, uma ou duas tendências são mais marcantes e recebem maior destaque, enquanto outros autores tratam as quatro tendências de maneira relativamente equilibrada. Há também três capítulos — um sobre autoritarismo, um sobre tecnologia e um sobre mudanças climáticas — que refletem essas tendências. Mais uma vez, isso é intencional. Nesses temas, os editores avaliaram que havia impacto, material e demanda suficientes para uma análise mais aprofundada. Essas áreas, em especial, muitas vezes parecem estar muito distantes do controle ou da influência dos atores urbanos; ainda assim, há uma ampla gama de boas práticas em implementação que podem servir de referência e ser reforçadas no nível municipal.

Todos os capítulos deste compêndio foram selecionados com base nas necessidades dos membros de Peace in Our Cities. Os capítulos concentram-se em:

Estratégias de segurança pública equilibradas versus repressivas.

1. Crime organizado.
2. Violência política.
3. Tecnologia e IA.
4. Justiça e acesso à justiça.
5. Relações entre polícia e comunidade.
6. Habitação e terra urbana.
7. Mudanças climáticas.

Este compêndio não aborda um desafio global crítico: a misoginia. Essa tendência não é nova, mas suas manifestações nas sociedades estão se aprofundando nas esferas de poder e influência, com importantes implicações para o fortalecimento do autoritarismo, a forma como as comunidades respondem às mudanças climáticas e o uso da tecnologia para recrutar pessoas e reforçar narrativas que promovem danos em todo o mundo. Por exemplo: “Em 2019, o Department of Homeland Security concedeu financiamento para uma pesquisa destinada a compreender o movimento misógino incel e, um ano depois, um relatório do US Secret Service apontou a misoginia on-line como uma fonte preocupante de radicalização para autores de ataques em massa.”¹³ No entanto, “as dimensões misóginas e de gênero dos movimentos extremistas são frequentemente ignoradas ou deixadas de lado em reportagens da mídia, análises de políticas ou durante processos judiciais”.¹⁴

Para nós, que trabalhamos para minar as fontes e os fatores que impulsionam a violência, é necessário reconhecer a misoginia como a ameaça que ela realmente é — não apenas para as mulheres, mas para as sociedades como um todo.¹⁵ Líderes municipais precisam enfrentar a presença e a influência insidiosas da misoginia em cada uma dessas tendências e seu impacto direto sobre a paz, a segurança cidadã e a violência. Por esse motivo, em outubro de 2026, a rede Peace in Our Cities lançará um grupo de trabalho voltado especificamente a gênero e prevenção da violência.

Estrutura dos Capítulos

Cada capítulo fornece uma breve visão geral de seu tema, por exemplo, o que significa violência política no contexto da prevenção da violência urbana. Em seguida, os autores detalham a relação entre sua área temática e as tendências globais identificadas, que se manifestam de maneira diferente em cada capítulo.

Depois, cada capítulo apresenta exemplos baseados em casos e específicos de cidades sobre as implicações do tema do capítulo para o crime e a violência, além de explorar o trabalho relacionado que está sendo realizado em políticas, programas e parcerias. Isso inclui uma discussão tanto sobre boas práticas quanto sobre práticas que fracassaram ou enfrentaram desafios. Os autores levaram em consideração as seguintes questões:

- Como as tendências globais estão afetando os governos municipais em relação à área-chave específica que está sendo analisada?
- Como diferentes atores estão respondendo às dinâmicas abordadas nos capítulos e quais são alguns bons exemplos do que pode ser feito sob as perspectivas de políticas públicas, pesquisa, defesa de direitos e cooperação internacional?

Ao explorar essas questões por meio de estudos de caso concretos, os editores e autores procuram ajudar os leitores a se identificarem com o material, para auxiliá-los a refletir sobre estratégias que poderiam funcionar em seus próprios contextos.

Por fim, cada capítulo apresenta recomendações ou princípios que as cidades podem utilizar para refletir sobre suas próprias iniciativas nessa área. Essas recomendações, brevemente resumidas a seguir, visam estimular a reflexão com base no contexto específico das dinâmicas globais e locais em diferentes realidades urbanas.

Recomendações e Conclusão

Capítulo 1. Cidades sob Pressão: Oferecendo Soluções Integradas para a Paz Urbana

As cidades que alcançaram melhorias duradouras na segurança — aquelas que simultaneamente reforçaram, e não minaram, a autoridade legítima do Estado — estruturaram a integração como uma função de governança. Isso exige que as cidades:

- **Envolvam-se no enquadramento compartilhado dos problemas.** Quatro condições devem estar presentes: um diagnóstico compartilhado e aceito por todos os órgãos-chave; um mecanismo de coordenação com autoridade para articular setores que normalmente atuam de forma isolada; fluxo de dados em tempo real para os tomadores de decisões operacionais; e uma liderança política disposta a defender publicamente a estratégia.
- **Construam uma arquitetura para a formulação e a implementação colaborativas.** As cidades precisam de estruturas de coordenação capazes de reunir órgãos de diferentes setores e sustentar a implementação ao longo do tempo.
- **Façam iterações para se adaptarem ao progresso e à evolução das capacidades de implementação.** A formulação das soluções deve incorporar flexibilidade desde o início para permitir sequenciamento e iterar de forma eficaz com base em informações confiáveis.

- **Ancorem as soluções em narrativas políticas.** O alinhamento entre aquilo que as estratégias realizam e aquilo pelo qual as lideranças políticas podem legitimamente reivindicar reconhecimento não é um detalhe posterior de comunicação — é um requisito da própria formulação da estratégia.

Capítulo 2. Crime Organizado como Governança Urbana: Como Grupos Criminosos Governam Cidades e o que os Governos Locais Podem Fazer

As cidades dispõem de opções para enfrentar o crime organizado mesmo diante de limitações de autoridade, sistemas de policiamento e justiça fragmentados e pressões globais em constante mudança.

- **Diagnostiquem o problema de governança, e não apenas o problema da violência.** Construam um painel de governança e extorsão e mapeiem a governança criminal como um mercado de serviços.
- **Enfrentem as bases econômicas da governança criminal.** Reformulem espaços públicos que sustentam mercados varejistas, estabeleçam parcerias locais de redução de danos e coordenem ações com órgãos nacionais.
- **Desenvolvam a capacidade estatal onde os moradores vivenciam a governança.** Reforcem mecanismos municipais de resolução de disputas e de pequenas causas, e prestem serviços de forma confiável.
- **Empreguem ações de aplicação da lei de modo a reduzir danos e evitar consolidação criminosa.** Combinem ações de aplicação da lei direcionadas com limites claros para o uso da força, forte supervisão, transparência e envolvimento comunitário, e evitem operações repressivas abrangentes que provoquem crises de sucessão de lideranças e consolidação do crime dentro do sistema prisional.
- **Tratem as prisões como parte do sistema de governança da cidade.** Desenvolvam uma agenda de coordenação entre cidade e sistema prisional, monitorem a coordenação entre grupos criminosos a partir das prisões e ampliem a reintegração e a supervisão pós-libertação.
- **Governem o uso da tecnologia para proteger a confiança ao mesmo tempo em que melhoram a eficácia.** Adotem tecnologia com regras, supervisão, transparência e salvaguardas para a comunidade.
- **Protejam o espaço cívico e reduzam a dominação da vida comunitária pelo crime.** Criem mecanismos anônimos de denúncia, apoiem lideranças comunitárias, monitorem e previnam a dominação, por grupos criminosos, de territórios e sistemas locais e invistam na coordenação de programas de proteção a testemunhas.
- **Planejem-se para choques globais e mudanças nos portfólios criminosos.** Monitorem alterações em rotas e mercados de tráfico que afetem rendas locais, mudanças nas prioridades nacionais de aplicação da lei e nos padrões de extradição, adoção de pagamentos digitais e oportunidades de lavagem de dinheiro, além de choques migratórios e no mercado de trabalho que impactem o recrutamento para o crime.
- **Participem de redes internacionais que acompanham riscos geopolíticos e tendências do crime organizado.**

Capítulo 3. Sob Ataque: O Impacto Persistente da Violência Política e Como as Cidades Estão Reagindo

A violência política deve ser compreendida tanto como um desafio relacionado à violência quanto como um desafio antidemocrático que, simultaneamente, enfraquece sistemas baseados em direitos e centrados na justiça. A dinâmica e sempre mutável trama da vida urbana contém justamente os elementos necessários para prevenir a violência política.

Reduzir o risco de violência política exige que os líderes municipais:

- **Preparem-se:** monitorem os riscos de forma proativa e avaliem quais capacidades estão disponíveis para prevenir ou responder à violência política.
- **Pesquisem:** realizem estudos que tragam tendências amplas para a realidade local e esclareçam fatores de proteção acessíveis.
- **Comuniquem-se:** estabeleçam uma comunicação clara com os moradores, fortaleçam a escuta entre atores-chave, levem em conta as narrativas que circulam nas comunidades e respondam de forma proativa.
- **Aloquem recursos:** aloquem recursos de forma adequada ao risco, idealmente com apoio financeiro de fontes nacionais ou regionais.

Os esforços para fortalecer as comunidades contra a violência política incluem:

- Reforçar normas baseadas em direitos, enfrentar a estigmatização “do outro” e desenvolver narrativas fortes em favor da paz.
- Construir infraestrutura social local por meio da colaboração intersetorial, promovendo participação pacífica e coesão social em espaços urbanos compartilhados.
- Promover o diálogo, especialmente em momentos de maior tensão, e modelar comportamentos construtivos, pedindo calma e estabelecendo normas para divergências produtivas.
- Combater a desinformação e utilizar a tecnologia de forma pró-social, aproveitando recursos já existentes e sempre assegurando controles contra vieses e uma gestão responsável dos dados.

Capítulo 4. Prevenção da Violência Urbana com Base na Tecnologia na Era da IA

As cidades têm a oportunidade de construir as bases de um futuro no qual a tecnologia seja utilizada para ampliar o bem público, ao mesmo tempo em que preserva direitos fundamentais.

- **Aproveitem a IA e a tecnologia.** Analisem sua cidade no nível hiperlocal e compreendam as microdinâmicas que produzem efeitos que repercutem na cidade como um todo.
- **Tomem decisões informadas por dados, em vez de serem determinadas por eles.** Utilizem dados para preparar, executar e refletir, mas considerem o contexto social, político e econômico mais amplo no qual esses dados foram produzidos e orientem-se por valores sociais e limites éticos.
- **Incluam de forma significativa as comunidades — particularmente aquelas historicamente marginalizadas — nos debates sobre governança da tecnologia e priorizem a construção de confiabilidade.** A IA deve ser utilizada para ampliar a participação comunitária, inclusive incorporando conhecimentos das comunidades e criando canais abertos de comunicação entre governo, sociedade civil e público em geral.
- **Assegurem protocolos claros e transparentes, sistemas de responsabilização e supervisão humana adequada.** Os funcionários públicos precisam ser treinados e capacitados para exercer seu julgamento humano em todos os momentos, reconhecendo que a intervenção humana continua necessária para além do processamento realizado pela IA.

- **Utilizem a tecnologia para apoiar estratégias legítimas, integradas e holísticas de prevenção da violência, e não para substituí-las.** Tenham em mente que o elemento humano é tão essencial para o sucesso das políticas quanto essas novas ferramentas.

Capítulo 5. Utilizando o Sistema de Justiça para Reduzir a Violência nas Cidades em Tempos de Incerteza Global e Mudanças Tecnológicas

Um sistema de justiça justo, acessível e eficaz pode ajudar a reduzir a violência nas cidades de várias maneiras. Esse sistema impõe limites à violência estatal; assegura direitos e tratamento justo para todos; é fácil de compreender, acessar e utilizar; resolve problemas e conflitos de maneira eficaz; e sanciona infratores que cometem crimes graves de modo a prevenir novas ocorrências de violência.

- **As estratégias de prevenção da violência devem ser oportunas, equilibradas e baseadas em evidências.** Elas precisam ser percebidas como justas e legítimas, ser implementadas antes que a violência se agrave e reduzir a demanda popular por medidas de “linha dura” contra o crime ou por medidas autoritárias.
- **Governos municipais e atores locais podem contestar juridicamente medidas excepcionais que suspendam garantias constitucionais e o funcionamento normal do Estado de Direito.** Para isso, as cidades devem contar com assessoria jurídica sólida e departamentos jurídicos capazes de contestar medidas autoritárias.
- **Coalizões, redes e associações de cidades e governos locais — dentro e além das fronteiras nacionais — também podem resistir ao autoritarismo promovendo estratégias de redução da violência baseadas em regras e justas.** A cooperação internacional e agendas comuns entre cidades podem contrabalançar essa tendência.
- **As cidades devem trabalhar para tornar os sistemas e procedimentos de justiça mais acessíveis e fáceis de utilizar.** Muitos problemas jurídicos podem ser solucionados fora do sistema judicial formal, em espaços comunitários, especialmente em bairros excluídos. A tecnologia pode ser empregada para tornar os serviços de justiça mais acessíveis e eficientes.
- **As cidades devem trabalhar com órgãos de segurança pública, unidades de investigação e promotorias e o sistema judiciário para adotar progressivamente, e com as devidas salvaguardas, novas tecnologias capazes de melhorar a agilidade e a capacidade de administrar grandes volumes de processos e solucionar casos.** Um sistema de justiça criminal célere, capaz de lidar com volumes maiores de casos e de produzir resultados melhores, percebidos como justos e legítimos, pode contribuir para reduzir a violência. A tecnologia, incluindo a IA, pode ajudar a alcançar esse objetivo, e as cidades podem incorporá-la nas áreas sob sua competência ou apoiar outros órgãos em sua adoção, inclusive assegurando supervisão e treinamento adequados.

Capítulo 6. Confiança entre Polícia e Comunidade em Cidades Urbanas em Disputa: Armadilhas e Lições de Políticas Públicas

O desafio central para formuladores de políticas urbanas é administrar a expansão dos programas de policiamento comunitário e das relações entre polícia e comunidade, ao mesmo tempo em que se protege sua integridade democrática.

- **A responsabilização deve ser tratada como a base do policiamento comunitário.** As autoridades devem oferecer proteção sem causar danos, justiça sem discriminação e consequências quando policiais abusarem de sua autoridade.
- **Um policiamento comunitário eficaz exige um verdadeiro senso de apropriação e autonomia pela comunidade.** As comunidades devem ser incentivadas a definir prioridades, liderar iniciativas locais, receber proteção durante fóruns comunitários e ter condições de responsabilizar a polícia por seus atos.

- **As cidades devem adotar uma governança da informação transparente e ética.** As autoridades devem definir claramente as regras para coleta, armazenamento e uso de informações fornecidas pela comunidade, incluindo proteções robustas para informantes.
- **As cidades precisam investir em policiamento baseado em relações, em vez de simplesmente criar novas estruturas.** Reformas práticas do policiamento devem priorizar a continuidade dos policiais comunitários, treinamento em mediação e resolução de conflitos e métricas de desempenho que valorizem a construção de confiança.
- **O policiamento comunitário deve ser compreendido como parte de um sistema mais amplo de governança urbana.** O policiamento comunitário produz melhores resultados quando integrado a programas sociais e à resolução de problemas envolvendo múltiplos órgãos.
- **As abordagens devem ser adaptadas às realidades dos assentamentos informais e dos bairros marginalizados.** Arranjos de segurança liderados pela comunidade devem incorporar estruturas locais existentes — como conselhos de anciãos, grupos de mulheres e redes de jovens.
- **As cidades devem assegurar que o policiamento comunitário seja genuinamente inclusivo e protetivo em relação a grupos vulneráveis.** Devem criar mecanismos de participação que ampliem deliberadamente as vozes marginalizadas (por exemplo, mulheres, jovens e migrantes) e estabeleçam canais seguros de denúncia para vítimas de conduta policial inadequada.
- **As cidades precisam repensar como medem o sucesso.** Uma avaliação eficaz deve se concentrar tanto nos resultados quanto nas entregas. Os moradores se sentem mais seguros? Confiam na polícia e interagem com ela? As prioridades da comunidade estão refletidas nas práticas de policiamento?

Capítulo 7. Urbanização Predatória:

Terra Urbana e Habitação como Alvos de Grupos Armados e Máfias

Grupos organizados deliberadamente despejam, grilam terras, constroem ilegalmente e praticam atos de violência relacionada à habitação ou à terra nas cidades para manter o controle.

Governos, sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs) e comunidades de especialistas podem colaborar para romper barreiras de atuação isolada e desenvolver soluções eficazes.

- Enfrentar a urbanização predatória como uma etapa crítica para alcançar cidades mais seguras, politicamente estáveis e responsivas.
- Estabelecer uma linguagem unificada (por exemplo, “urbanização predatória”) e uma abordagem consistente e coordenada para identificar ações deliberadas de grupos organizados destinadas a despejar moradores, grilar terras, construir ilegalmente e praticar violência relacionada à habitação ou à terra nas cidades.
- Realizar mais pesquisas sobre urbanização predatória por meio de universidades, think tanks e ONGs, a fim de identificar pontos em comum entre áreas de políticas públicas e regiões geográficas que atualmente operam de forma isolada.
- Participar de redes de cidades que possam ajudar a romper essas barreiras, harmonizar definições, fortalecer a base de evidências e compartilhar desafios e soluções.

Abordagens promissoras para enfrentar esses desafios incluem:

- Simplificar leis e fechar brechas regulatórias nos mercados de terras.
- Reformar ou criar órgãos públicos encarregados de formalizar a propriedade de imóveis.
- Emitir títulos coletivos de propriedade da terra para comunidades, o que pode aumentar a segurança da posse dos moradores e o investimento em suas edificações e comunidades.
- Desenvolver avaliações de base territorial e perfis urbanos que integrem as necessidades habitacionais a outros aspectos, como gargalos de infraestrutura, prestação de serviços básicos e questões de segurança pública, como a violência criminal.
- Estabelecer mecanismos regulares e institucionalizados de consulta comunitária sobre posse da terra e de desenvolvimento de alternativas ao despejo entre governos, sociedade civil e forças de segurança.

Capítulo 8. Mudanças Climáticas, Segurança Urbana e Violência: o que Líderes Municipais Precisam Saber

As cidades estão bem posicionadas para identificar soluções práticas, de baixo custo e inclusivas para enfrentar a relação entre mudanças climáticas e segurança pública.

Cinco ações que a maioria das cidades pode adotar agora:

- Integrar considerações de segurança pública aos planos de ação para ondas de calor e às estratégias de preparação para desastres.
- Utilizar as ferramentas de dados existentes para sobrepor riscos climáticos a áreas críticas de violência ou insegurança.
- Projetar centros de resfriamento e áreas verdes levando em conta segurança, acessibilidade e confiança da comunidade.
- Investir em iniciativas de coesão social juntamente com projetos de adaptação climática.
- Produzir avaliações de vulnerabilidade lideradas pela comunidade que procurem captar tanto o contexto de segurança quanto os riscos das mudanças climáticas.

Conclusão

Este compêndio pode ser lido de algumas maneiras. Primeiro, especificamente como material para reflexão, ajudando parceiros locais — nos setores público, privado e comunitário — a explorar e considerar estratégias capazes de fortalecer a paz e a prevenção da violência. Segundo, para promover um diálogo mais intencional sobre as formas específicas pelas quais as cidades estão lidando com as profundas transformações que ocorrem globalmente. É essencial que os atores urbanos se vejam como agentes de mudança, e não apenas como agentes passivos diante dessas transformações, buscando maneiras de administrá-las de forma proativa e investindo em estratégias que reforcem solidariedade, comunidade, conexão e inclusão, elementos essenciais para ambientes urbanos pacíficos, produtivos e justos.

Notas finais

- 1 Hannah Ritchie, Veronika Samborska e Max Roser, "Urbanization," *Our World in Data*, publicado em 2024, acessado em 9 de julho de 2026, <https://ourworldindata.org/urbanization>.
- 2 World Economic Forum, *Global Risks Report 2026: Digest*, publicado em 14 de janeiro de 2026, acessado em 9 de julho de 2026, <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2026/digest>.
- 3 V-Dem Institute, *Democracy Report 2026: Unraveling the Democratic Era?*, 10ª ed. (University of Gothenburg, 2026).
- 4 Latinobarómetro, *Informe Latinobarómetro 2023* (Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2023).
- 5 Robert Muggah, *Crime, Violence and the Reshaping of Politics in the Americas*, Global (Dis)Order international policy programme, British Academy and Carnegie Endowment for International Peace, 2026, https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/6180/Crime_violence_and_the_reshaping_of_politics_in_the_Americas.pdf.
- 6 Muggah, *Crime, Violence*.
- 7 World Economic Forum, *The Global Risks Report 2026*, janeiro de 2026, https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2026.pdf.
- 8 Emily Harding, "A Russian Bot Farm Used AI to Lie to Americans. What Now?," Center for Strategic and International Studies, 16 de julho de 2024, <https://www.csis.org/analysis/russian-bot-farm-used-ai-lie-americans-what-now>.
- 9 World Economic Forum, *Global Risks Report*.
- 10 Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), *Peace and Official Development Assistance* (Paris: OECD Publishing, outubro de 2023), https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/10/peace-and-official-development-assistance_6514078d/fccfbffc-en.pdf.
- 11 BBC News, "Sudanese City Had 6,000 Killed in Three Days, UN Says," 13 de fevereiro de 2026, <https://www.bbc.com/news/articles/c043753z7w3o>.
- 12 Astrid Suárez, "Drone Attacks Raise Fears as Colombians Vote to Elect a New President," *Associated Press*, 25 de maio de 2026, <https://apnews.com/article/colombia-election-violence-drones-63d0fcb7d34fca4c92cd1338bec40dd1>.
- 13 Everytown for Gun Safety Support Fund, *Misogyny, Extremism and Gun Violence*, janeiro de 2022, Everytown Research & Policy, acessado em 12 de junho de 2026, <https://everytownresearch.org/report/misogyny-extremism-and-gun-violence/>.
- 14 Cynthia Miller-Idriss, "How Misogyny Fuels Violent Extremism," *Just Security*, 16 de setembro de 2025, acessado em 12 de junho de 2026, <https://www.justsecurity.org/120654/how-misogyny-fuels-violent-extremism/>.
- 15 Bettina Rottweiler, C. Clemmow e Paul Gill, "A Common Psychology of Male Violence? Assessing the Effects of Misogyny on Intentions to Engage in Violent Extremism, Interpersonal Violence and Support for Violence against Women," *Terrorism and Political Violence* 37, n. 3 (2 de janeiro de 2024): 287–312, <https://doi.org/10.1080/09546553.2023.2292723>.

Sobre os autores

Rachel Locke

Rachel Locke é cofundadora e principal da Peace in Our Cities, uma rede global de 100 cidades e organizações que trabalham para prevenir e reduzir as formas mais graves de violência por meio de estratégias baseadas em evidências e em direitos humanos. Anteriormente, fundou e dirigiu o Violence, Inequality and Power Lab (VIP Lab) no Instituto Kroc para Paz e Justiça da Universidade de San Diego. Antes de liderar o VIP Lab, Rachel atuou como chefe de pesquisa sobre prevenção da violência no Center on International Cooperation da Universidade de Nova York, diretora de intervenções internacionais da National Network for Safe Communities do John Jay College e assessora sênior de políticas públicas na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Rachel dedica seu trabalho a compreender as conexões entre diferentes formas de violência, desde conflitos armados e violência criminal até violência interpessoal e política. Possui uma sólida trajetória na criação e sustentação de iniciativas que exploram novas abordagens para enfrentar desafios complexos. Rachel é mestre em Assuntos Internacionais pela Universidade Columbia e publicou amplamente sobre prevenção, violência política, conflitos e crime organizado transnacional.



Jai-Ayla Sutherland

Jai-Ayla Sutherland é gerente de projetos relacionados a violência em massa e atrocidades no Stanley Center for Peace and Security, onde ela presta apoio a esforços de prevenção contra a violência estrutural e aguda trabalhando com representantes do governo e da sociedade civil. O trabalho dela é focado predominantemente no papel das cidades, tanto local quanto internacionalmente, de implementar estratégias de prevenção baseadas em evidências. A equipe dela faz parte do secretariado da Peace in Our Cities Network, uma rede global de cidades e organizações que trabalham juntas para reduzir a violência em nível municipal. Ela tem mestrado em Segurança Internacional pela Josef Korbel School of International Studies, na Universidade de Denver, e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade da Carolina do Sul.



Flávia Carbonari

Flávia Carbonari é especialista em desenvolvimento internacional, com 20 anos de experiência trabalhando com bancos de desenvolvimento, governos e organizações da sociedade civil na América Latina, África e Ásia Oriental. Liderou o desenho e a implementação de iniciativas de investimento, pesquisa e políticas públicas voltadas à prevenção da violência e à inclusão social. Atualmente, atua como assessora especialista e responsável pelo relacionamento com membros da Peace in Our Cities, é consultora sênior do Banco Mundial desde 2007 e assessora especialista da Halving Global Violence Task Force. Também lecionou cursos de graduação e pós-graduação sobre prevenção da violência urbana em universidades da Argentina e na NYU Buenos Aires, além de ter sido pesquisadora associada não residente do Chicago Council on Global Affairs. Reside atualmente na Argentina e possui ampla experiência de atuação em toda a América e na África.





Sobre a rede Peace in Our Cities

A iniciativa Peace in Our Cities (PiOC) é uma rede global única composta mais de 30 cidades e mais de 50 parceiros comunitários e internacionais.

A PiOC busca reduzir e prevenir a violência urbana no mundo inteiro, preservando vidas e ajudando as cidades a prosperarem. Ela faz isso criando plataformas de intercâmbio concretas, participativas e baseadas em evidências para reduzir e prevenir a violência grave nas cidades-membro, ao mesmo tempo que constrói um movimento global de defensores da redução da violência urbana.

A abordagem da PiOC se baseia em três linhas de ação:

- **Ampliar** a conscientização dos formuladores de políticas sobre o verdadeiro alcance e escala da violência urbana, além das oportunidades disponíveis para ajudar as cidades a combatê-la.
- **Promover** soluções políticas equilibradas e baseadas em evidências, bem como abordagens de construção da paz, para reduzir as formas mais graves de violência em contextos urbanos.
- **Acompanhar** líderes municipais, parceiros comunitários e a sociedade civil por meio de intercâmbios entre pares e acesso à informação para alcançar metas ambiciosas de redução da violência.

A Peace in Our Cities é cofacilitada pela iniciativa Pathfinders for Peaceful, Just, and Inclusive Societies do Centro de Cooperação Internacional da Universidade de Nova York; pelo Stanley Center for Peace and Security*; pela cofundadora e diretora Rachel Locke; e pela consultora especialista e responsável pela articulação com membros, Flávia Carbonari. Para saber mais, fazer uma doação ou integrar-se à rede, entre em contato pelo e-mail info@peaceinourcities.org ou visite o site www.peaceinourcities.org.